



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 081

SÁBADO, 13 DE AGOSTO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 136ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE AGOSTO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Expediente recebido do INPS a respeito da ação conjunta das medicinas preventiva, assistencial e de reabilitação, proposta por S. Exª em discurso de abril próximo passado, para diminuição do índice de incapacitados físicos.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Situação do contribuinte face à unificação da Previdência Social.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Declarações do Sr. Herbert Levy sobre as consequências da vitória do MDB nas próximas eleições.

DEPUTADO JOSÉ ZAVAGLIA — Perspectivas para a efetiva instalação de minidestilarias.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Realização do I Concurso Estadual de Corais, na cidade de Petrópolis — RJ.

DEPUTADO CESAR NASCIMENTO — Reivindicações em favor da população de Brasília.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se segunda-feira, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

— Nº 73, de 1977-CN (nº 242/77, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.559, de 29 de junho de 1977, que fixa percentuais de depreciação aplicáveis a bens desembaraçados com a isenção de que tratam os incisos IV e V do art. 15 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para tramitação da matéria.

1.4 — ENCERRAMENTO.

ATA DA 136ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE AGOSTO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MENDES CANALE

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Braga Júnior — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim

— Marcos Freire — Murilo Paraíso — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Oreste Quércia — Osires Teixeira — Mendes Canale — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Paulo Brosard — Tarso Dutra.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO

Diretor Industrial

PAULO AURELIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00

Ano Cr\$ 800,00

(Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00)

Tiragem: 3.500 exemplares

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

Para

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraná

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira —

MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antônio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novae — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturulli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernandinho Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB;

Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffman — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — As listas de presença acusam o comparecimento de 40 Srs. Senadores e 351 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tenho inspirado minha ação política exclusivamente no espírito construtivo, no sentido do bem público.

Dai, ocupar seguidamente esta tribuna para enfocar problemas nacionais, especialmente aqueles relacionados com os trabalhadores brasileiros.

Formalizo críticas, visando ensinar às autoridades responsáveis melhor conscientização dos problemas que lhes estão afetos.

Assim, é que, em discurso proferido desta tribuna, reclamei do INPS uma ação mais vigorosa e objetiva, tendente a reduzir o índice de incapacitados físicos.

Agora, chega-me às mãos expediente dessa Instituição, prestando informações sobre o assunto objeto das críticas formalizadas, que passo a ler para que conste dos Anais do Congresso Nacional:

"CAP/DF/C/Nº 441/77

Brasília, 23 de junho de 1977

Exmº Senhor
Deputado Peixoto Filho
Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Deputado

Apraz-me encaminhar a V. Exª a anexa cópia do Ofício nº 01-000/495, de 21 de junho corrente, enviado a esta Coordenadoria de Assuntos Parlamentares pela Presidência do INPS, contendo esclarecimentos sobre o assunto tratado em seu discurso publicando no DCN, 1, de 28 de abril próximo passado.

Cordialmente — **Oscar G. Ramage**, Coordenador de Assuntos Parlamentares.

PRESIDÊNCIA

Of. nº 01-000/495

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1977

Ilmº Sr.
Dr. Oscar G. Ramage
MD. Coordenador de Assuntos Parlamentares
MPAS
Brasília — DF

Senhor Coordenador,

Reportando-me ao CAPEDF/C/Nº 336/77, transmito, a seguir, de ordem superior, os esclarecimentos a respeito do pronunciamento do Deputado Peixoto Filho, encaminhado por xerocópia, no qual propõe uma ação conjunta das medicinas preventiva, assistencial e de reabilitação para diminuição do índice de incapacitados físicos.

2. Como bem reconhece o ilustre Deputado, o INPS vem dando ao assunto a importância e a atenção que merece, em sincronia, aliás, com o esforço mundial.

3. Através de 13 Centros de Reabilitação Profissional, situados no Rio Grande do Sul (Porto Alegre), Santa Catarina (Florianópolis), Paraná (Curitiba), São Paulo (Capital), Rio de Janeiro (Rio, Niterói e Caxias), Minas Gerais (Belo Horizonte), Bahia (Salvador), Brasília (DF), Pernambuco (Recife), Ceará (Fortaleza) e Pará (Belém), que ocupam uma área de aproximadamente, 30.478m², a Reabilitação se utiliza de 1.700 técnicos, os quais atuam em equipes interprofissionais durante todo o processo destinado a segurados, encaminhados pelos órgãos de Perícias Médicas e Acidentes do Trabalho.

4. A curto prazo devem ser inaugurados os Centros de Juiz de Fora, Vitória, João Pessoa, Santos, Campinas e Bauru, e os novos Centros de Porto Alegre e Recife, esses dois últimos dotados das mais modernas instalações e aparelhagem. Assim, dentro em breve, o INPS contará com

19 Centros de Reabilitação, como resultado da soma dos atualmente em funcionamento, aos que serão implantados nas cidades antes mencionadas.

5. Cumpre esclarecer que, para a perfeita execução do programa de Reabilitação Profissional, os segurados encaminhados aos Centros recebem diversos auxílios, como: auxílio transporte, auxílio-alimentação (almoço e lanche), medicamentos, próteses e órteses, instrumentos de trabalho (para melhoria das condições de trabalho) e todo o material escolar, quando se fizer necessária a frequência ao Setor de Ensino Básico.

6. A Reabilitação Profissional, integrada no Sistema Previdenciário, empenha-se para que não ocorra qualquer falha que possa prejudicar o programa estabelecido, propiciando a todo o seu pessoal técnico treinamento e atualização periódicos, por meio de estágios, encontros, cursos, palestras, seminários específicos para cada grupo atuante do Centro (médicos, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, terapeutas da palavra, professores de ofícios e de ensino básico, técnicos em próteses e órteses).

7. Finalizando e para comprovar o êxito que o INPS vem obtendo no campo da Reabilitação Profissional, devo informar que, segundo dados estatísticos fornecidos pela Secretaria do Bem-Estar deste Instituto, o número de atendimentos técnicos em 1976 foi da ordem de 2.551.050, enquanto em 1970 foi de, apenas, 764.987.

No ensejo, apresento a V. Sª meus protestos de estima e consideração. — **Maria da Conceição Di T. B. Barroso**, Chefe do Núcleo Executivo de Assuntos Parlamentares e Acordos Internacionais.

Sr. Presidente, missão cumprida! Costumo fazer as minhas críticas e também trazer os esclarecimentos, quando os recebo da maneira que recebi, com presteza e sinceridade de propósito.

Assim o fazendo, estou em consonância com o que tenho orientado a minha ação política. Era só o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Boletim de Atualidades Políticas e Sociais, distribuído pela Embaixada da República Federal da Alemanha, informa que aquele país distribuiu 357 bilhões de marcos para a previdência social. É o seguinte:

"No ano passado, foram aplicados na República Federal da Alemanha 357 bilhões de marcos para a previdência social, o que corresponde a 32% do produto social bruto. Em primeiro lugar, na lista estão os seguros de aposentadoria com 114,2 bilhões de marcos, seguindo-se os seguros-doença obrigatórios com 68,2 bilhões de marcos. Para a terceira rubrica da segurança social, o fomento de trabalho com seguro-desemprego e auxílio-desemprego foram destinados 16,5 bilhões. Aqui, todavia, deve-se notar que a significação político-social está mais alta do que o simples volume financeiro. Para pagamentos de salários não interrompidos foram aplicados 19 bilhões e para a formação de patrimônio 14 bilhões de marcos. As pensões e aposentadorias custaram 28,1 bilhões de marcos, o auxílio social 9,7 bilhões e auxílio de velhice para agricultores 2,1 bilhões. Para bonificações tributárias para construção de casa própria foram aplicados 4,5 bilhões; para o abono familiar 14,4 bilhões; auxílio para a juventude 4 bilhões e para o seguro de acidentes 7,9 bilhões de marcos. Em outros pagamentos, foram destinados 11,8 bilhões para assistência de vítimas de guerra, 14,1 bilhões para auxílios a famílias e para seguros suplementares no serviço público e 2,7 bilhões de marcos para finalidades previstas de fomento à

formação. 2,2 bilhões de marcos foram pagos para reparações, 1,9 bilhão de marcos para compensação de encargos, 1,7 bilhão para auxílio de habitação, 1,4 bilhão de marcos para serviços de saúde e finalmente 18,6 bilhões de marcos para diversas outras finalidades."

No Brasil, faz-se precisamente o inverso, em prejuízo dos associados da previdência social. De acordo com a unificação aprovada ontem nesta Casa, infelizmente, até assistência médica, dentária etc., serão pagas pelo contribuinte, embora pague também sua contribuição ao Instituto. É uma verdadeira aberração, sem paralelo em todo o mundo. Enquanto outros países progredem no campo da previdência social, objetivando o amparo do contribuinte, no Brasil o contribuinte só não é esquecido para o pagamento das mensalidades. Onde está a justiça social Sr. Presidente? (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não apenas o Deputado Herbert Levy tem declarado, em entrevistas, que, se o MDB ganhar as próximas eleições, o impasse chegará ao seu ápice, levando o País para a ditadura. Essa é a expressão usada pelo nobre Deputado Herbert Levy, a quem admiramos e respeitamos, integrante do Partido do Governo. Hoje, um Deputado do Estado do Rio faz a mesma afirmativa. Esta conotação estúpida pode ser analisada de duas maneiras. Uma delas, visando a alertar o Governo de que as medidas, os comportamentos que tem tomado levarão, queiram ou não, a dar a vitória ao MDB. Aliás, vitória merecida, porque o seu Partido já está no Governo há mais de uma década. E uma outra interpretação que pode ser dada é a de que isto constitui uma ameaça ao eleitorado: "Não votem na Oposição, porque o País vai para a ditadura." Um regime de tamanha fraqueza, Sr. Presidente, precisa ser realmente reformulado. Um regime, em que só existem dois partidos, um, no Governo, há uma década e meia e outro sem o direito de ao Governo chegar, porque as ameaças muito antecipadamente são anunciadas, é um regime que precisa ser alterado. Por isso, tenho por tantas vezes falado, reclamado um trabalho de estruturas fundamentais, uma reforma na Constituição — a constitucionalização deste País, com seu reencontro com a Nação e com o Estado de Direito — para que ameaças dessa natureza, partidas de homens ilustres, como é o Deputado Herbert Levy, integrante do partido do Governo, declare, com seriedade, — não se pode duvidar, não apenas desse, mas de nenhum pronunciamento do Deputado Herbert Levy — que, se o MDB, o partido da Oposição, ganhar as eleições, marcharemos para uma ditadura.

Sr. Presidente, já hoje não é uma classe, não é uma corrente, é a Nação inteira clamando para a reforma de suas estruturas. Em verdade, acredito que todo homem de bom senso entende que isso é necessário. Por isso, é de se esperar que, ainda neste Governo, se possa ter essa reforma constitucional para que não fiquemos à mercê desses vendáveis, e que, melhor dizendo, nem vendáveis são; são brisas, apenas, mas que abalam as estruturas da Nação. Se vendáveis fossem, derrubariam por terra a Nação inteira.

Sr. Presidente, tenho reclamado, desta tribuna; milhares e milhões de brasileiros também o têm feito. Há incongruências que, às vezes, até eu tenho vergonha delas. Do que sei, não faz muitos dias, o Senador Jarbas Passarinho deu uma entrevista, dizendo que chegou a hora de os militares voltarem aos quartéis. Mas, três ou quatro dias depois, não foi mais isso que S. Ex^a teria dito; também disseram os jornais em seu nome.

De qualquer sorte, se fizermos uma análise serena, não é uma classe, não é uma ala, mas é a Nação inteira pedindo, reclamando não uma outra Revolução, mas que se mudem as estruturas da Nação, para que ela fique solidificada, para que simples brisas de boatos não abalem essas estruturas.

Volto a dizer que não é possível que toda gente seja insensata; os homens sensatos deste País hão de compreender a necessidade da mu-

dança, a necessidade de modificações estruturais. Por isso, espero que, ainda neste Governo, tenha o Brasil, tenha a Nação, esta sua ansiedade concretizada, qual seja, a de amplas reformas na Constituição, para que tenhamos segurança, os brasileiros, e a Nação.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A 15 e 16 de junho passado, realizou-se, nesta Casa, sob a coordenação da Comissão de Agricultura e Política Rural, o I Simpósio Nacional do Alcool, que congregou, para oportunos debates técnicos, empresários, estudiosos e interessados. O evento foi prestigiado por dois Ministros de Estado e teve para nós excepcional resultado, pois tese nossa defendida foi amplamente aceita numa demonstração que a Oposição brasileira também é ouvida e considerada.

Na verdade, a tese não é bem nossa, mas de autoria do Prof. Romeu Corsini, e por nós defendida várias vezes, já nos estando tão íntima que a tomamos como quase nossa. Esse estudo desenvolvido na Escola de Engenharia de São Carlos visa à construção de minidestilarias, distribuídas em um elevado número de propriedades agrícolas.

Seriam, como já dissemos, beneficiadas propriedades de médio porte, onde a construção dessas destilarias se daria de forma simples, ao alcance financeiro de seus proprietários. A viabilidade deste plano se amplia à medida em que analisamos as vantagens que ele oferece: primeiramente, dispensaria o auxílio direto do Governo e, em segundo lugar, havendo o apoio oficial, seria um excelente investimento para a iniciativa privada.

Outra vantagem destacável, diz respeito a uma maior distribuição de riquezas internas, fato que se consumaria com o desenvolvimento do projeto elaborado pela Universidade de São Paulo, à qual pertence a Escola de Engenharia de São Carlos. Prevendo a distribuição dessas minidestilarias entre cerca de 2.500 a 3.000 propriedades de 600 hectares, podem os Srs. Congressistas avaliar perfeitamente o imenso fluxo de progresso que alcançariam as regiões em que se encontram localizadas essas propriedades. Seria mão-de-obra abundante à disposição de interessados; seria um comércio mais movimentado; seria a interiorização da gente das grandes cidades; enfim, seria a possibilidade de uma distribuição mais justa da renda *per capita*.

O Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Sr. Max Feffer, ao concordar com o estudo, acrescentou nova virtude ao mesmo, ou seja, a regionalização das usinas evitará "o passeio do álcool" que encareceria demasiadamente os custos do processo industrial de mistura e da distribuição.

O Ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, já anuiu à idéia das minidestilarias que, segundo suas informações, já estão nas metas do Programa Nacional do Alcool. S. Ex^a apenas discorda quanto aos métodos de produção, preferindo as diretrizes oficiais que dão preferência à economia de escala, com um mínimo de 30 mil litros/dia para cada unidade produtora.

Nós nos sentimos amplamente recompensados pelos resultados que aí estão. É evidente que muito trabalho ainda nos resta pela frente. Mas a primeira grande vitória já alcançamos, qual seja, a aceitação oficial do estudo desenvolvido em nosso Estado. A segunda etapa de nossa luta será desenvolvida no sentido de que sejam dadas condições e facilidades para a efetiva instalação dessas minidestilarias. Se elas, como afirmou o Ministro, já fazem parte do Programa Nacional do Alcool, as perspectivas para a construção das mesmas são amplas, bastando, no nosso entendimento, que o meio rural se movimente para a concretização daquilo que foi planejado por técnicos e estudiosos da minha terra.

Aos homens que planejaram esse programa fica a nossa manifestação de aplauso pelo resultado que irão alcançar em breve, resulta-

do que trará ao País importante condição para enfrentar a crise energética que o corrói e o enfraquece.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Esta não é a primeira vez que ocupo a tribuna do Congresso para ressaltar as atividades culturais promovidas pela Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Sr. Presidente, o Prefeito Jamil Sabra, da ARENA, tão logo assumiu a direção dos destinos daquele importante município do Estado do Rio de Janeiro, tomou providências no sentido de desenvolver o Município em todos os aspectos, e particularmente no setor cultural, ele vem tomando iniciativas de real proveito.

Sr. Presidente, queremos nos referir, no presente instante, ao I Concurso Estadual de Corais, que está sendo promovido pela Secretaria de Educação da municipalidade de Petrópolis, e que conta com a colaboração da Fundação Nacional da Arte, do Ministério de Educação e Cultura, do Museu Imperial e também da ABRAT, cultura artística.

Neste mês de agosto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, no Centro Municipal de Cultura e no salão nobre do Liceu Municipal Cordolino Ambrósio, na Cidade de Petrópolis, estão se exibindo corais de vários Municípios do Estado do Rio de Janeiro: da Cidade do Rio de Janeiro, de Petrópolis, de Pádua, de Niterói, de São Gonçalo, de Duque de Caxias, de Nova Iguaçu, de Campos e muitos outros. Petrópolis, oficialmente está representado pelo coral da Igreja Batista, porque o seu principal coral, conhecido em todo o Brasil, Coral dos Meninos Cantores de Petrópolis, conhecido mais pela denominação de Canarinhos, sob a regência do Frei Luiz Prim, é *hors concours*, é um coral conhecido e apreciado, não apenas em Petrópolis, mas em todo o País.

Sr. Presidente, neste instante registramos esse acontecimento que está ocorrendo, neste mês de agosto, na Cidade de Petrópolis, para demonstrar o interesse que a Prefeitura daquele Município vem tendo pelo desenvolvimento cultural do Estado do Rio de Janeiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Deputado César Nascimento.

O SR. CÉSAR NASCIMENTO (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas:

A falta de representação política da população de Brasília obriga-nos a vir constantemente a esta tribuna, para falarmos sobre os problemas desta Capital.

Sr. Presidente, já reclamei aqui, por diversas vezes, da conclusão do terceiro Hospital Distrital de Brasília, aquele ali, ao lado da Quadra 302 Norte.

Sr. Presidente, honestamente não entendemos porquê desta omissão do Governo do Distrito Federal, quando sabemos — e já dissemos desta tribuna — que, através do FAS, o Governo do Distrito Federal conseguiu um empréstimo no valor de 300 milhões de cruzeiros para a sua conclusão.

Outro detalhe que nos preocupa — e que cabe a nós Parlamentares, já que a população de Brasília não tem direito a representantes eleitos — é o que diz respeito à parte humana desta Cidade.

Sr. Presidente, diariamente, durante todo o semestre, vamos fazer coro desta tribuna do Congresso Nacional para que sejam atendidas as necessidades de Brasília. Queremos chamar a atenção do Sr. Governador do Distrito Federal, para que crie, principalmente nas cidades-satélites, creches para atender às mães que trabalham fora.

Sr. Presidente, todos nós sabemos dos problemas que afligem as populações das cidades-satélites.

Sr. Presidente, vim agora de Joinville e, ali naquela cidade, constatei que existem apenas duas creches. Mas presenciei e vi, com os meus próprios olhos, mais de 100 crianças cujas mães se encontravam no trabalho, enquanto seus filhos estavam ali sendo cuidados com todo carinho. Precisamos, principalmente em Brasília, criar essas creches. Acreditamos no espírito de justiça e na compreensão do Governador Elmo Serejo de Farias. Sabemos que ele tem sido um ótimo Governador, tem desenvolvido um trabalho magnífico em Brasília, mas é preciso cuidar também desses problemas.

Sr. Presidente, trabalhei, agora, dois anos no edifício-sede da Caixa Econômica Federal, e o detalhe importante é o que diz respeito ao problema de incêndios. Deus permita, Sr. Presidente, que nunca venham a ocorrer incêndios principalmente naqueles edifícios no Setor Bancário Sul. Porque ali, com número de automóveis que circundam os prédios, jamais poderá chegar um carro de bombeiros. E são edifícios de 18 a 20 andares. Viemos a esta tribuna porque ali trabalham mais de 500 a 600 pessoas e não desejamos que o drama do Edifício Joelma, em São Paulo, venha a se repetir, principalmente na Capital da República.

Voltaremos a esta tribuna, ainda, Sr. Presidente, para alertar ao Sr. Governador e a todos os órgãos do Governo Federal, para que humanizem Brasília.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Para a leitura da Mensagem presidencial nº 74, de 1977 — CN, referente ao Decreto-lei nº 1.560, de 30 de junho de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário.

SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à leitura da Mensagem presidencial nº 73, de 1977 — CN, que será feita pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 73, DE 1977-CN (Nº 242-77, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tendo em vista o disposto no artigo 55 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e das Relações Exteriores, o texto do Decreto-lei nº 1.559, de 29 de junho de 1977, publicado no *Diário Oficial* do dia subsequente, que "fixa percentuais de depreciação aplicáveis a bens desembaraçados com a isenção de que tratam os incisos IV e V do artigo 15 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966".

Brasília, 7 de julho de 1977. — Ernesto Geisel.

E.M. nº 125

Em 12 de maio de 1977.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei que fixa percentuais de depreciação aplicáveis aos bens desembaraçados com isenção na forma dos incisos IV e V do artigo 15 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

2. De acordo com convenções internacionais firmadas pelo Brasil e com base na legislação interna,

em especial o disposto nos incisos IV e V do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, os bens trazidos do exterior por missões diplomáticas, repartições consulares, representações de órgãos internacionais e regionais de caráter permanente, bem como seus integrantes, funcionários, peritos, técnicos e consultores, gozam de isenção tributária.

3. Referido Decreto-lei consagra a permissibilidade de cessão a terceiros, da propriedade ou uso de tais bens, estabelecendo, como regra geral, o pagamento dos tributos dispensados por ocasião do respectivo desembaraço aduaneiro, admitindo, entretanto, a depreciação do valor dos bens, em função do tempo decorrido.

4. O Decreto n.º 74.177, de 12 de junho de 1974, contemplou, especificamente, os casos de bens desembaraçados como bagagem, enquanto o Decreto n.º 74.966, de 26 de novembro de 1974, regulamentou outras hipóteses de importações isentas, fixando percentuais de depreciação diferentes.

5. Resultou daí um tratamento diverso, uma vez que os bens trazidos do exterior pelas entidades e pessoas aqui referidas, ora se enquadram como bagagem ora não. Frequentemente, tem sido reclamado um procedimento uniforme, que dissipe situações ambíguas e atenda, de forma conveniente, às peculiaridades que tais importações oferecem.

6. O projeto anexo visa, pois, corrigir a situação descrita, uniformizando para as hipóteses consideradas os percentuais de depreciação que já vêm sendo adotados pelo regulamento de bagagem.

7. Justifica-se a edição de decreto-lei, nos termos do artigo 55, item II, da Constituição, por se tratar de matéria tributária de relevante interesse público e que não acarreta aumento de despesa.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do nosso profundo respeito. — **Mário Henrique Simonsen**, Ministro da Fazenda — **Antonio Francisco Azeredo da Silveira**, Ministro das Relações Exteriores.

DECRETO-LEI Nº 1.559 DE 29 DE JUNHO DE 1977

Fixa percentuais de depreciação aplicáveis a bens desembaraçados com a isenção de que tratam os incisos IV e V do artigo 15 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, Decreta:

Art. 1.º Na transferência de propriedade ou de uso, a qualquer título, de bens desembaraçados com isenção, como bagagem ou não, de acordo com o artigo 15, itens IV e V, do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, inclusive automóveis, quando exigível o pagamento de tributos, a depreciação do valor obedecerá aos seguintes percentuais:

De mais de 12 até 24 meses	30%
De mais de 24 até 36 meses	70%
De mais de 36 meses	100%

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República. — **Ernesto Geisel** — **Mário Henrique Simonsen** — **Antonio Francisco Azeredo da Silveira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 37 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros, e dá outras providências.

Isenções diversas

Art. 15. É concedida isenção do imposto de importação nos termos, limites e condições estabelecidas no regulamento:

IV — as missões diplomáticas e repartições consulares de caráter permanente, e a seus integrantes;

V — as representações de órgãos internacionais e regionais de caráter permanente, de que o Brasil seja membro, e a seus funcionários, peritos, técnicos e consulares, estrangeiros, que gozarão do tratamento aduaneiro outorgado ao corpo diplomático quanto às suas bagagens, automóveis, móveis e bens de consumo, enquanto exercerem suas funções de caráter permanente;

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

Pela Aliança Renovadora Nacional — Senadores Helvídio Nunes, Dinarte Mariz, Murilo Paraiso, Luiz Cavalcante, Augusto Franco, Lourival Baptista, Itálvio Coelho, Lenoir Vargas e os Srs. Deputados Luiz Fernando, Passos Porto, Teotônio Neto, João Vargas, Nunes Rocha e Adhemar Ghisi.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Roberto Saturnino, Marcos Freire, Leite Chaves e os Srs. Deputados Argilano Dario, Athiê Coury, César Nascimento, Figueiredo Corrêa e João Menezes.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A Comissão, nos termos do art. 110 do Regimento Comum, terá o prazo de 20 dias para apresentar o parecer que concluirá pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando ou rejeitando o decreto-lei.

A convocação de sessão destinada à apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos do competente parecer.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00